TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

17 de junho de 2016 | Número 006

BOLETIM INFORMATIVO

FETEC CUT Centro Norte

Por que Goldfajn é mais um erro de Temer

Carlos Fernandes*

Em meio ao alvoroço que se formou em Brasília a partir do vazamento do pedido de prisão solicitado pelo PGR, Rodrigo Janot, para quatro proeminentes partícipes do golpe, passou meio que despercebida a aprovação de Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central do Brasil.

Após ser sabatinado na manhã da terça-feira (7) pela Comissão para Assuntos Econômicos do Senado, Goldfajn foi aprovado pelo colegiado por 56 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção.

Com mais essa indicação o presidente interino, Michel Temer, reitera e ratifica a sua plena incapacidade de reunir um quadro ministerial que não seja formado basicamente por investigados de corrupção, oportunistas de carreira, incompetentes declarados e, como é o caso do novo presidente do BC, suspeitos por gerar conflitos de interesses entre o público e o privado.

de 1996 a 1999 e um ano depois foi convidado por FHC para a diretoria de política econômica nesse mesmo Banco Central quando atuou de 2000 a 2003.

Aliás, é no mínimo curioso que IG trabalhasse no FMI no período em que Fernando Henrique quebrou o Brasil em 1998, a primeira de suas três vezes em que precisou se ajoelhar perante o órgão internacional.
Com Ilan Goldfajn já na diretoria do Banco Central, FHC se viu obrigado a expor para o mundo a fragilidade econômica que o país atravessava outras duas vezes, em 2001 e logo em seguida em 2002.
Dado o exposto, não se questiona a competência de IG para entregar as encomendas que lhe são confiadas. O que se questiona, e muito, é justamente quais são essas encomendas e, sobretudo, a quem se destinam.

Importante se faz ressaltar que até essa nova indicação para um cargo chave da política econômica brasileira, Goldfajn era sócio e economista-chefe do banco Itaú. Nessas condições é como trazer uma das maiores instituições financeiras do país para a posição de fiscal de si própria.

É de fato um retrocesso à era FHC quando uma das principais funções do Banco Central do Brasil era atender aos interesses e necessidades de banqueiros privados. Inclusive os do extinto Banco Nacional cuja filha do dono era casada com um dos filhos do próprio FHC.

A farra financeira patrocinada pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer), o caso em que FHC, via BC, segurou artificialmente a paridade entre o real e o dólar para garantir sua reeleição em 1998 e denúncias de vazamentos de dentro do BC pelo quais pelo menos 24 bancos foram beneficiados com informações privilegiadas — tudo isso são apenas algumas amostras do risco de colocar a raposa para cuidar do galinheiro.

Fora tudo isso, ainda existe a irresponsabilidade gritante de Temer em efetuar trocas no comando da política econômica quando as chances de Dilma retornar são cada vez mais reais. Num país onde a instabilidade política alimenta a instabilidade econômica, esse tipo de pirotecnia só agrava o nível de incertezas.

A decisão de trocar o presidente do Banco Central do Brasil por uma hiena do mercado financeiro privado só não é mais ultrajante do que a decisão de se trocar a presidenta da República por um rato da corrupção pública.

Jucá, Sarney, Renan e Cunha, seus parceiros no golpe, que o digam.

*Economista, trabalha na direção geral de uma das maiores instituições financeiras da América Latina

Plebiscito 3 - Prioridade é a mobilização popular

Paulo Moreira Leite

A unificação das lideranças do movimento social e dos partidos interessados em travar a luta essencial, mas dificílima, pela restauração da democracia brasileira após o golpe de abril-maio enfrenta dificuldades reais, mas pode ser menos complicada do que parece, como se viu numa reunião organizada na terça-feira, em Brasília, na presença de Dilma Rousseff.

A diferença principal entre uns e outros se concentra na proposta de Dilma defender um plebiscito para antecipar as eleições presidenciais, que deixariam de ser realizadas em outubro de 2018, como marca o calendário atual, para ocorrerem no final de 2016 ou início de 2017.

Liderado por Roberto Requião, um grupo de senadores acredita que a proposta é indispensável para assegurar a conquista de pelo menos cinco votos necessários para se chegar ao mínimo 27 senadores contrários ao impeachment. Caso este número venha a ser atingido, Michel Temer deverá retirar-se do Planalto, para que Dilma retorne ao gabinete que conquistou em outubro de 2014.

Conforme o senador AgacirGurcacz, um aliado quase integral do governo Dilma que votou pela abertura do impeachment em 11 de maio, sem oferecer uma resposta a questão que em Brasília é chamada de " governabilidade", não há hipótese de a presidente obter o apoio necessário para retornar.

Do outro lado, a Central Única dos Trabalhadores, o MST, a Frente Brasil Popular, e outras entidades, questionaram a proposta do plebiscito. Aqui o argumento envolve princípios democráticos. De seu ponto de vista, plebiscito seria uma forma de abandonar a postura assumida nos últimos meses, quando se combateu o impeachment com base num argumento central – a ausência de crime de responsabilidade configura a mudança forçada de governo como um golpe de Estado. Ao aceitar a ideia de plebiscito, após a quebra de um mandato obtido em urnas, dá-se continuidade às votações ilegítimas de abril-maio, que afastaram Dilma com uma argumentação de natureza política – como " governabilidade", uma entre tantas -- típica de regimes parlamentaristas e não presidencialistas. Um golpe, portanto.

Por minha conta, acrescento que não custa lembrar que foi a partir da resistência em nome desse princípio democrático que Dilma conseguiu recuperar-se aos olhos da população, inclusive em pesquisas de opinião.

O encontro com a presidente teve momentos ásperos e alfinetadas memoráveis, inevitáveis quando políticos profissionais e lideranças populares se reúnem para debater lutas comuns. Embora a argumentação dos senadores tenha apoio num raciocínio lógico, de quem faz um diagnóstico de uma situação concreta, apontando para a necessidade de a presidente encontrar caminhos para garantir os votos que lhe faltam num ambiente sempre viciado do Congresso em qualquer país do mundo, a crítica dos movimentos sociais também possui um valor inegável.

Para começar, a capacidade de blefe das lideranças políticas brasileiras para antecipar resultados errados em votações decisivas já faz parte de nosso anedotário político.

Ressurgiu de forma gloriosa quando a Câmara aprovou a abertura do impeachment por uma diferença de 30 votos acima do mínimo necessário – no mesmo dia, era possível ler nas redes sociais a previsão de que Dilma seria vitoriosa por larga margem.

Outro aspecto, mais relevante, diz respeito ao papel da luta popular na defesa do mandato de Dilma. Ao aceitar que um impasse com a envergadura de um mandato presidencial -- num momento histórico que está longe de ser um período qualquer -- pode resolver-se através de um atalho descoberto no Congresso, cria-se o risco de enfraquecer a mobilização da base da sociedade.

Num clássico arranjo de cúpulas, numa nova versão da clássica conciliação entre elites que marcou tantos momentos da história brasileira, a mobilização popular deixaria de ser prioridade num conflito que irá definir o destino da sociedade brasileira nas próximas décadas, seja no esforço para dar continuidade a programas de bem-estar social, seja para um projeto de retrocesso em toda linha.

Apesar das diferenças, o encontro encerrou-se num ambiente de relativa aproximação. Nos próximos dias, a Central Única de Trabalhadores irá realizar encontros internos para discutir o assunto. O mesmo deve ocorrer na maioria das entidades presentes. (A maior resistência encontra –se entre os líderes do MST, irredutíveis na defesa do mandato integral de Dilma).

Ninguém acredita que a CUT ou outras entidades irão assumir o plebiscito como um projeto de sua autoria, mas é provável que tenham uma postura mais flexível depois das discussões internas. Deixarão de fazer críticas contundentes. É até possível que deixem escapar palavras simpáticas a proposta. Isso decorre de uma consideração difícil de negar. Mesmo lembrando que a Constituição não aceita o impeachment por motivos políticos, parece impossível conquistar o retorno de Dilma à cadeira que obteve nas urnas sem dar uma resposta objetiva a situação política gerada por seu desgaste e sua rejeição.

O plebiscito surge como uma resposta a isso. Último elo de ligação entre o Executivo e a soberania popular, através doplebiscito Dilma entrega ao eleitorado a palavra final sobre o destino do país. Difícil negar que seja uma boa ideia num país ciosode sua democracia.

Há outro aspecto, de sentido histórico. A defesa incondicional do direito de Dilma retornar à presidência cumpre a função de impedir um desmanche – de natureza possivelmente irreversível – daquele modelo de Estado brasileiro construído a partir da década de 1930. Com as limitações e deficiências que todos conhecem, estamos falando de uma instituição que teve um papel decisivo na construção do Brasil como uma nação diferenciada em relação aos vizinhos, com maior potencial de desenvolvimento e bem-estar social, assumindo, nos últimos anos, um papel de liderança inconteste naquela parte da América abaixo do Rio Grande. Esta situação peculiar permitiu que, durante os anos iniciais da crise de 2008-2009, a economia brasileira fizesse o contra ciclo, em oposição a uma tendência majoritária da economia mundial – postura correta que se tornaria inviável quando a austeridade das grandes economias produziu armadilhas e desastres que até hoje ninguém sabe como resolver.

A compreensão dessa situação determina a necessidade, urgente, de derrotar o impeachment e afastar Temer. Estamos falando de um governo – formado por autoridades derrotadas nas urnas de 2014 e um vice sem voto próprio -- que encara a si mesmo como uma janela de oportunidade. Compreende-se, por isso, a causa de tanta pressa e tanta perversidade, num serviço meticuloso e desequilibrado no sentido patronal e imperial, como poucas vezes se viu na história recente do capitalismo brasileiro.
Há uma causa definitiva para nunca descuidar da mobilização popular, porém. É a seguinte.
Mesmo que tudo dê certo e Dilma consiga sair-se vitoriosa na votação definitiva dos senadores, acho pura ingenuidade imaginar que seus adversários irão curvar-se diante da derrota e, cavalheirescamente, abandonar a disputa em nome das boas regras da democracia.
Aprendemos todos os dias que este manual de boas maneiras políticas não faz parte da biblioteca de estudo dos vitoriosos do golpe de abril-maio. Eles são membros de uma conspiração de longo curso, com sentido estratégico. Há muito aprenderam a fazer uso da democracia por conveniência – não por convicção. Por essa razão, mais do que nunca a mobilização popular deve ser estimulada e preservada. Teremos uma luta difícil e duradoura.

Esta é e continua a ser a grande questão.

http://www.brasil247.com/pt/blog/paulomoreiraleite/238490/Plebiscito-3---Prioridade-%C3%A9-a-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-popular.htm

Quando o atalho é um descaminho

Valter Pomar

Ao que parece, a presidenta Dilma Rousseff decidiu abraçar a seguinte tese: caso o Senado rejeite o impeachment, ela se compromete a apoiar um plebiscito que decidirá sobre a realização de novas eleições.

A presidenta não tem o poder de convocar este plebiscito. Portanto, o que se está propondo é: caso o impeachment seja derrotado, Dilma apoiaria a realização de uma consulta na qual seria o povo, não o parlamento, quem decidiria sobre a continuidade ou interrupção do mandato presidencial conquistado em 2014.

A presidenta ainda não deixou totalmente claro que posição defenderia neste hipotético plebiscito (cuja aprovação exigiria maioria de 3/5 tanto no Senado quanto na Câmara, bem como a anuência da maioria do STF).

Dilma defenderia a realização de eleições presidenciais antecipadas, em data a definir?

Ou defenderia cumprir integralmente seu mandato, até as eleições de 2018?

Alguns dos defensores do plebiscito sobre novas eleições apresentam, em sua defesa, o seguinte roteiro de argumentos:

a. a rejeição a Temer não significa apoio à volta de Dilma;

b. a mobilização pelo Fora Temer não é grande o suficiente para ganhar a votação no Senado;

c. existem alguns senadores que votaram pela admissibilidade do impeachment, mas que acenam com a possibilidade de mudar seu voto, caso a presidenta abrace a tese do plebiscito por novas eleições;

d. uma vez de volta à cadeira presidencial, a presidenta poderia aplicar um novo programa de governo, que reataria seus laços com a população;

e. se tiver êxito na aplicação deste programa, poderíamos ganhar o plebiscito e assim realizar o mandato até o final.

Portanto -- claro, se tudo correr muito bem -- a proposta do plebiscito seria uma maneira de reconquistar não apenas o mandato, mas também reconquistar a maioria popular indispensável para governar.

Outros defensores do plebiscito reconhecem que, mesmo que a presidenta abrace esta proposta, continua muito difícil, quase impossível, ganhar no Senado.

Os principais motivos seriam: mobilização popular insuficiente e o fato dos golpistas terem meios à disposição & muita desfaçatez para influenciar quem porventura queira mudar de posição.

Mesmo assim, alguns defensores do plebiscito dizem que adotar esta proposta teria a vantagem de “nos dar discurso” e -- melhor ainda -- um discurso democrático: ao povo caberia a decisão.

Assim, se a maioria do Senado consumar o impeachment, poderíamos afirmar que foram duplamente golpistas: cassaram a presidenta eleita e impediram uma saída que devolveria ao povo a decisão.

Finalmente, muitos defensores do plebiscito explicitam o seguinte argumentos: a mobilização pelo Fora Temer ficaria mais fácil se não for acompanhada (implícita ou explicitamente) pelo “Volta Dilma”.

Há várias versões acerca de quais seriam os senadores dispostos a votar contra o impeachment, bem como há informações controversas acerca do seguinte: se a mudança de voto destes senadores estaria vinculada apenas ao compromisso da presidenta com o plebiscito ou se haveria outros fatores envolvidos, tais como apoio nas eleições municipais, participação no governo etc.

Por fim, o pano de fundo da proposta é a intenção de promover uma espécie de repactuação institucional, tendo como fiador desta repactuação a maioria do povo brasileiro, expressa no plebiscito e (se for esta a decisão) em eleições presidenciais antecipadas.

Salvo engano, nenhum dos defensores da proposta tem clareza sobre o impacto que a Operação Lava Jato, assim como a cassação de Eduardo Cunha, poderiam ter sobre o processo de impeachment, sobre a proposta de plebiscito e sobre eventuais eleições antecipadas.

Tampouco fica patente por qual motivo a proposta de plebiscito deveria ser apresentada exatamente agora, se a votação será provavelmente em agosto.

Embora, claro, isto pareça ter relação com a seguinte ideia: a crescente confusão institucional -- de causas variadas mas seguramente alimentado pela Operação Lava Jato -- poderia ampliar a simpatia, em setores da direita, pela tese de uma saída urgente para o impasse.

Ou seja: ***ao propormos o plebiscito sobre a antecipação, ao invés de "oportunisticamente" utilizarmos as debilidades do campo conservador para recuperar o mandato conquistado em 2014, estaríamos demonstrando "elevado espírito republicano", oferecendo uma saída eleitoral pactuada***.

No papel, até parece funcionar.

Na vida real, há imensos problemas nesta proposta, que podem ser resumidos no seguinte:

1. De agora até a votação do impeachment, o movimento Fora Temer teria que abrir mão, ao menos parcialmente, dos argumentos em favor do "caráter pétreo" da legalidade e da legitimidade do mandato presidencial conquistado em 2014. Não há garantia de que esta mudança de posição seria compensada pela ampliação do movimento com setores favoráveis contrários a Temer, mas favoráveis a diretas já, fora todos etc.

2.Caso a presidenta abrace a defesa do plebiscito, será questionada sobre o mérito: defenderá ou não a realização antecipada de novas eleições? Caso diga que não defenderá a antecipação, como a presidenta enfrentaria o argumento de que a proposta de plebiscito visaria apenas enganar incautos, pois na verdade ela pretenderia voltar ao governo para tentar ficar até o fim do mandato? E caso diga que defenderá a antecipação, como a presidenta responderia ao argumento de que então sua volta seria desnecessária, uma vez que ela própria estaria admitindo antecipadamente --ao defender a antecipação-- que não deveria continuar o mandato até o fim?

3.Caso o Senado mantenha o impeachment, o argumento de que isto foi um ato golpista seria enfraquecido, uma vez que a própria presidenta teria admitido a hipótese de uma redução do mandato presidencial, desde que isto fosse feito por um instrumento que -- embora em tese democrático -- não está previsto na Constituição. Ou seja: se a "detentora" admite um método não previsto na Constituição para decidir sobre seu mandato, fica enfraquecido o argumento segundo o qual os métodos adotados pelo lado de lá seriam por definição golpistas. Noutras palavras, na prática um ***impeachment de fato*** poderia ocorrer mesmo sem crime de responsabilidade e isto não seria necessariamente um golpe.

4.A adesão a proposta de plebiscito, motivada pela rejeição popular ao "volta Dilma", não age sobre as causas desta rejeição popular. Pelo contrário, admite tacitamente que o governo Dilma seria indefensável. Portanto, em caso de derrota no Senado apesar da defesa do Plebiscito, o problema da rejeição não apenas estaria do mesmo tamanho, como estaria em certa medida ampliado pela abdicação em aproveitar a campanha do Fora Temer para defender a volta plena da presidenta legítima. E como a rejeição de Dilma contamina o PT, Lula e o conjunto da esquerda, a tática proposta nos levaria a perder uma oportunidade de enfrentar e tentar reduzir a rejeição que atinge -- em maior ou menor medida -- a todos/as.

5.Caso o Senado derrote o impeachment, os golpistas retomarão a campanha pela interrupção do mandato. A diferença é que a própria presidenta teria se comprometido com a realização de um plebiscito que decidirá a continuidade ou não do mandato. Ou seja: defender a redução do mandato não seria mais golpe, mas sim uma hipótese implícita no cumprimento de um acordo.

6.O novo governo Dilma, portanto, teria que atuar em condições institucionais e sociais tão ou mais difíceis que antes, entre outros motivos porque teria se convertido num "governo provisório". Nestas condições, teria disposição e meios para implementar o programa com o qual vencemos as eleições de 2014 (ou seja, teria a audácia que os golpistas vem tendo na implementação de um programa radical de direita, com a diferença de que o nosso foi vitorioso nas urnas)? Ou – na mesma linha de “dividir o lado de lá” que nos teria levado a abraçar a proposta de plebiscito— o novo governo Dilma acabaria adotando medidas que buscassem atender as demandas do mercado e da direita? Num caso e noutro, que impacto isto teria sobre o resultado do plebiscito e de eventuais eleições antecipadas?

7.Caso vença no Senado, caso o plebiscito seja aprovado e caso o governo perca o plebiscito, teremos sido enxotados do governo por uma maioria popular num instrumento que nós mesmos propusemos. Logo, arquive-se toda a argumentação acerca do golpismo.

8.Os golpistas, se vencerem o plebiscito, terão por tabela vencido o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Isto, claro, se não aprovarem a proposta de parlamentarismo ou a proposta de ampliação da duração do próximo mandato presidencial (caso em que eleições antecipadas levariam não a um governo tampão, mas a um mandato que começaria agora e iria até 2022). Contra propostas deste tipo não poderemos argumentar o desrespeito à cláusulas pétreas, pois com a proposta do plebiscito para antecipação nós mesmos estaríamos propondo mudanças constitucionais.

9.Claro, na linha do pensamento positivo, poderíamos conquistar no plebiscito o direito de continuar governando. Foi o que aconteceu com João Goulart, que aceitou a emenda parlamentarista, tomou posse e venceu o plebiscito que restituiu o presidencialismo. Mas naquele caso, é bom lembrar, o golpismo não recuou. Quem recuou, em 1964, foram os setores populares que – por diversos motivos, entre os quais os efeitos colaterais da capitulação de Goulart ao parlamentarismo—não compareceram à resistência contra o golpe militar.

(Isto sem falar, é claro, do plebiscito que Allende queria convocar e que teve como resultado prático antecipar a data do golpe encabeçado por Pinochet. Que, é sempre bom lembrar, foi nomeado ministro porque era considerado um defensor da legalidade.)

10.Finalmente, ainda na linha do pensamento positivo, caso o impachment seja derrotado, caso o plebiscito seja convocado, caso haja eleições antecipadas, podemos vencer. Mas podem ser consideradas democráticas e podem ter um resultado favorável ao campo popular, eleições convocadas antecipadamente, neste ambiente de desmoralização da política, de manipulação midiática e de ofensiva geral contra a esquerda?

Pesando tudo, melhor seria ficar como estamos: Fora Temer e defesa dos direitos, na perspectiva de reconquistar a presidência derrotando o impeachment no Senado.

Caso ganhemos, teremos até 2018 para criar as condições de vitória em novas eleições presidenciais.

E, caso percamos, faremos oposição ao governo golpista na perspectiva de vencer as eleições de 2018.

Em ambos os casos, tendo que reconstruir nossas relações com a classe trabalhadora, reconstituir nossas organizações e refazer nossa estratégia.

Um caminho menos criativo, certamente.

Mas a busca por atalhos criativos não tem dado muito certo. Especialmente quanto o atalho nos conduz a insistir na linha do pacto e da repactuação com setores políticos e sociais que já demonstraram, por diversas vezes, que pretendem nos destruir.

http://valterpomar.blogspot.com.br/

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

17 de junho de 2016 | Número 006

Reflexão

CULTURA DO ESTUPRO E FEMINICÍDIO, o que diachos é isso?

Como elementos de formação, apresentamos um roteiro com 13 documentários para debater a cultura do estupro e feminicídio:

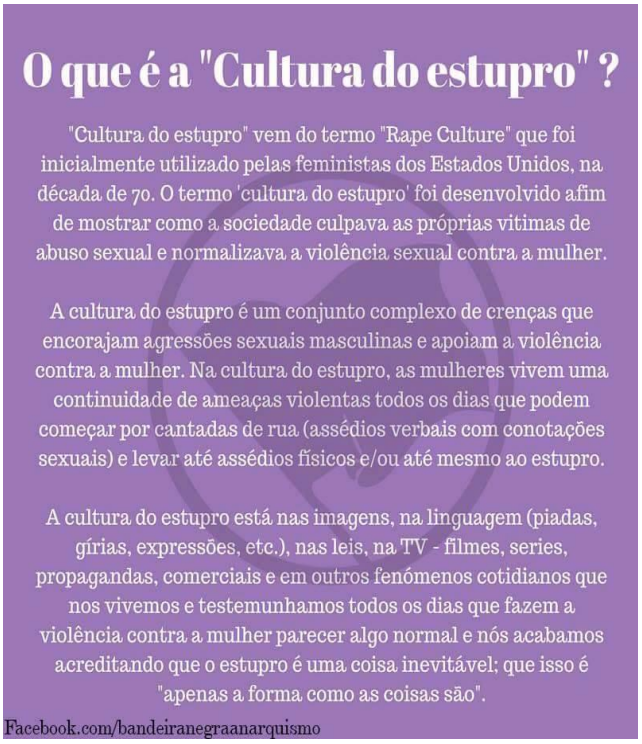
1)Justiceiras de Capivari
https://www.youtube.com/watch?v=49pUMIPABBY

2) India's Daughter
https://www.youtube.com/watch?v=JoGtGv2KS48

3) Índia, Um País Que Não Gosta De Mulheres
https://www.youtube.com/watch?v=8BhojKJSrD8

4) Canto de cicatriz
https://www.youtube.com/watch?v=DHYt-a5say8

5) The Hunting Ground
https://www.youtube.com/watch?v=GBNHGi36nlM



6) A Guerra Invísivel
https://www.youtube.com/watch?v=M_yZ9ywEOMk&feature=share

7) Ghost Rapes ofBolivia - Os estupros fantasma da Bolívia
Parte 1 https://www.youtube.com/watch?v=TSlc_Zib2nw
Parte 2 https://www.youtube.com/watch?v=eCwMxAatmbg

8) Entrevista Gabriela Manssur
https://www.youtube.com/watch?v=bU9yOFvZNbU

9) A cada 11 minutos, uma vítima
https://www.youtube.com/watch?v=UdhlxCrx9Pc

10) Desumanidades
https://www.youtube.com/watch?v=NFPSS3qoWeU

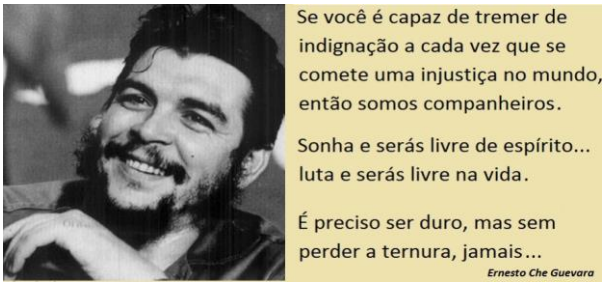
11) The breast ironed girls
https://www.youtube.com/watch?v=4Jwl7QPf_vU

12) A Girl In The River
https://www.youtube.com/watch?v=gRuYdzPpMWU

13) It's a girl! É menina!
https://vimeo.com/100378967

(Via Não me Kahlo)

Sugestões de Vera Paoloni



14 de junho – 88 anos do revolucionário, político, jornalista, escritor e médico argentino-cubano

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

17 de junho de 2016 | Número 006
17 de junho de 2016 | Número 006

Acontece

Arraial do Pavulagem faz todo mundo dançar aos domingos

O Arraial do Pavulagem faz um círio de gente todos os domingos de junho em Belém. Ao som e batucada de bumba meu boi, milhares de pessoas sobem a escadinha do cais do porto pela Avenida Presidente Vargas e dançam das 9 às 14 horas todos os domingos, desde 5 de junho, sob o sol forte do verão paraense. Com muita energia, alegria e a certeza de que a esperança e a poesia deterão o golpe!

25 e 26 de junho — V Encontro Estadual da CUT-MT

Local: Auditório do Sindicato Dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT
Público: 05 participantes por sindicato (trabalhadores/as de base, secretários/as de formação e dirigentes sindicais)
Critério de Participação: Ter participado de um dos processos de formação promovidos pela CUT: ORSB, FF, DPPAR, NCC ou FFJ ou que estejam participando de formação sindical de base.
Financiamento: CUT: hospedagem, alimentação e material didático
Sindicatos: deslocamento de seus participantes
Informações: cutmt@terra.com.br

10 a 26 de Junho

Sextas e sábados:

Domingos, 19h00

Teatro dos Bancários
Brasília - DF

Inspirado nos textos do escritor cubano Nicolás Guillén, o espetáculo Cubanía traz ao palco o grande ator brasiliense Tullio Guimarães, que, com maestria, conduz atores, músicos e dançarinos nessa homenagem a Cuba, transportando o público a uma vivência do ritmo, da sensualidade e da força do povo cubano. Além de contar com alguns integrantes da banda Sabor de Cuba, Cubanía trará artistas, vindos diretamente do país, para compor o elenco.

Dilma em Belém dia 29

Após a passagem da tocha olímpica dia 15 de junho em Belém e dia 17 em Santarém - PA, a próxima grande mobilização que envolverá todos os sindicatos de esquerda e movimentos sociais é a vinda da presidenta Dilma a Belém, dia **29/06**. Movimentos, frentes e sindicatos preparam uma acolhida especial à presidenta

Seminário - Democracia, América Latina, Inovação e Planejamento Governamental - Desafios e Perspectivas
Dias: 23 e 24/6
Local: Auditório Verde –Faculdade de Administração, Economia, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – Campus Darcy Ribeiro – UnB
As inscrições poderão ser realizadas no link - https://doity.com.br/seminario-gpp

BOLETIM INFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

FETEC CUT Centro Norte

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretáriode Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretáriode Relações e Políticas Sindicais

Samuel Bastos Macedo
Secretário de Relações Institucionais

Marlene Rodrigues Dias
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária de Política de Igualdade

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental